

A LINGUAGEM DO JORNALISMO: AS MARCAS CONVERSACIONAIS E A INTERAÇÃO VIRTUAL NA SUBJETIVIDADE DO TEXTO FACTUAL NO JORNALISMO

Álvaro Mozartt Brandão Netto¹

RESUMO

Este artigo apresenta aspectos da metodologia desenvolvida em um estudo que investigou as interações comunicacionais ocorrente no texto factual do jornalismo. A metodologia utilizada apoia-se em alguns conceitos de análise da conversação, na teoria da análise do discurso e a do enunciado factual. Destaca-se nessa proposta a maneira pela qual o enunciado do texto factual do jornalismo se apropria de aspectos da linguagem formal e da informal também, transitando entre, para conservar o gênero do falante e manifestações de poder e de uma aparente solidariedade.

1. Introdução

O texto factual jornalístico, quando produz informação, restringe a Linguística, para articular interação conversacional. Isso se dá por que ele depende de especificidades, como espaço e tempo; e ainda de finalidades e de circunstâncias. Depende principalmente a quem se dirige. Essas especificidades costumam estabelecer relações de poder, numa ação coletiva de comunicação socialmente planejada. Cabe afirmar, portanto, que toda a produção do texto factual do jornalismo é socialmente dirigida. E o que é o jornalismo senão um fenômeno da sociedade contemporânea: a sociedade da informação e da imagem?

Para alguns estudiosos, o fazer jornalístico se transformou numa espécie de “*instituição ideológica de um grupo social e culturalmente estabelecido*” (Bakhtin 2004), graças à maneira como racionaliza a vida social e promove transformações radicais nas condições de existência. O fazer jornalístico é uma “*instituição ideológica*” com habilidades de “*repercutir as mudanças da infraestrutura sócio-econômico mais rápida e distintamente*” (Bakhtin 2004).

¹ Álvaro Mozart Brandão Netto é especialista em Processo midiáticos e nova formas de sociabilidade e é bacharel em Jornalismo pelo Curso de Comunicação Social/UFAL.

Para Bakhtin (2004), uma vez “instituição ideológica” o fazer jornalístico toma pra si sua carga de responsabilidade social, assim como a ciência e a literatura. O fazer jornalístico se sedimentou na estrutura da cultura-base da sociedade contemporânea, uma sociedade cibernética e digital, sobre a qual vem construindo uma história marcada por dar importância elevada à razão, ao desenvolvimento do capitalismo e do mercado consumidor. Em síntese, trata-se de uma sociedade capitalista, industrial, pós-moderna e democrática, que permite uma administração racional da vida social.

O texto factual do jornalismo, para assegurar administração racionalizada da vida social, a comunicação coletiva e social propriamente dita, se apropria da interação conversacional através da materialização de signos socialmente estabelecidos. Essa materialização dos signos sociais, para Bakhtin (2002), consiste na “*natureza de todos os signos ideológicos*”. Essa é uma característica semiótica do texto factual do jornalismo que se manifesta de maneira clara e completa na linguagem do enunciado. No texto factual do jornalismo, a palavra enquanto signo é “*um fenômeno por excelência*” (Bakhtin: 2002), detém força própria e revela as “*formas básicas*”, e também as “*formas ideológicas gerais da comunicação semiótica*”. Para esse estudioso, quando a palavra assume a forma de signo, supre quaisquer funções ideológicas; seja ela estética, científica, moral e até mesmo religiosa. “*A palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda a criação ideológica, seja qual for*” (Bakhtin: 2002).

A palavra, ao materializa-se por meio da fala, o fonema, se transforma na ferramenta disponível e indispensável para a comunicação entre as pessoas. Mas, quando se materializa por meio da escrita, o morfema, a palavra é ideológica e socialmente planejada.

Fazendo uma analogia com os conceitos da Análise do Discurso, chegamos à conclusão de que na linguagem do texto factual do jornalismo os signos ideológicos se apropriam da palavra, para promover conversação, unindo os participantes da fala numa situação bem distinta e verticalizada: eu informo, tu consumes.

Ao estabelecer conversação no texto factual do jornalismo, a notícia do enunciado é endereçada a um “ouvinte virtual”, que para a teoria da Análise da Conversação é daquele que participa ocasionalmente da conversação, do tipo “inadvertente”. É que na construção dialogal do texto factual do jornalismo (jornais,

revistas, rádio e TV), os sintagmas colaborativos, comuns na interação conversacional, são interrupções frequentemente e cotidianamente planejadas, limitadas a um espaço físico (o tamanho de uma coluna, por exemplo) e graficamente localizadas. O texto factual do jornalismo, quando dialoga com o tal “ouvinte virtual” prescreve uma aparente conversação, que poderia ser facilmente confundida como meta-discurso.

Bakhtin diz que para uma interação conversacional existir de fato basta que o interlocutor e o ouvinte sejam integrantes de uma comunidade lingüística, pertençam a uma sociedade organizada, se encontrem culturalmente sobre um terreno bem definido e estejam regidos por normas sociais. Reforçando a ideia de que, neste caso, cada palavra dita e/ou escrita é sempre socialmente estabelecida.

Diz Bakhtin (2002): “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.” (...) “não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades e mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc...”.

Esses indivíduos interagem sempre reverenciando as normas sociais consolidadas por eles mesmos. Bakhtin (2002) acredita que isto acontece por que eles estão intrinsecamente ligados a uma consciência coletiva e subjetiva, e por que “participam da coletividade regida por essas normas” (idem).

2. O signo ideológico e social

A palavra materializa-se por meio da fala e da escrita. A palavra se transforma na ferramenta disponível e indispensável para a comunicação entre as pessoas. Ela é a base. Dino Preti (2002), no livro *Interação na fala e na escrita*, diz que quando a fala e a escrita se concretizam “*existe em ambas as modalidades de planejamento restrito, dependendo do gênero do texto, das finalidades e das circunstâncias em que é produzido*”. Interação conversacional compreende, portanto, interlocução entre dois falantes, ou mais. Para Preti, quando o falante elege um paralelo conversacional e pressupõe um interlocutor, as marcas da presença do ouvinte encontram-se nos “*indicadores de subjetividade*”, que evidenciam o caráter dialógico da linguagem.

Enquanto na interação conversacional entre dois falantes pressupõe planejamento restrito de gênero do texto, finalidades e circunstâncias, neste caso, na interação, a linguagem do texto factual do jornalismo além das relações que se

estabelecem assume outro significado: o de motivar a curiosidade do leitor para o fato e dar-lhe as condições de formar juízo a respeito. O texto factual do jornalismo, portanto, consolida conversação entre quem produz a notícia e quem a consome quando desloca o foco para o fato.

Essa interação assegura certo distanciamento enquanto proporciona uma falsa sensação de interação que, embora pressuponha voluntariedade na aceitação do enunciado, o tal “ouvinte virtual” (seja ele leitor, ouvinte ou espectador) não interfere na produção do discurso. Ao contrário. Aceita o enunciado como verdade. O tal “ouvinte virtual” é impedido de colaborar na produção do enunciado, porque ele está sempre envolvido pelo consumo imediato dos fatos, que são produzidos em escala industrial e acondicionados em confortáveis embalagens de fácil manuseio à disposição do consumidor nas melhores casas do ramo. A diferença entre um paralelo conversacional e o texto factual da linguagem jornalística, nas condições de interação conversacional, é que a notícia está à venda.

Preti (2002) defende a ideia de que o diálogo é uma produção lingüística articulada. Diz ele: *“a interação entre os falantes depende de fatores diversos, que se colocam acima de uma generalidade que se pretende adotar como regra de gênero diferente”*. Dino Preti se refere às marcas da subjetividade e intersubjetividade que constituem os textos conversacionais. Paulo de Tarso Galembeck (2002) identificou as marcas da subjetividade e intersubjetividade como *“todos os elementos que indicam, de modo direto, a presença dos interlocutores no diálogo: os pronomes e formas verbais de primeira e de segunda pessoa, marcadores conversacionais de valor fático, lexicalizados, ou não”*.

Em Bakhtin (2004), a presença dos interlocutores no diálogo é “dialogismo”; que quer dizer a forma de interação pela linguagem. *“É a condição para que o discurso tenha sentido pleno e, igualmente, para que por meio dele se possa evidenciar a relação existente entre linguagem e vida”* (idem). Para Galembeck (2002), as marcas da subjetividade e intersubjetividade têm uma função específica: *“associam-se na produção do texto, ao desenvolvimento e partilhamento de ideias e conceitos e aos procedimentos de coesão e estruturação textual”*.

De acordo com Galembeck (2002), o texto é em si um “Fato Linguístico”, ou constituinte de um texto, que pressupõe um “eu” (enunciador) e um “tu” (enunciatário),

e que quando o “eu” e o “tu” se encontram e interagem estabelecem a natureza “dialogal” da interação conversacional.

As marcas da subjetividade e da intersubjetividade no diálogo são de acordo com José Gaston Hilgert, no texto *A Colaboração do Ouvinte na Construção do Enunciado do falante* (2002), segmentos colaborativos que o ouvinte introduz no turno do falante e se constituem no núcleo dos sintagmas que integra e aponta para sua função denominadora na construção do enunciado. Hilgert diz que esse sintagma ocupa a estrutura do sintagma oracional e super-oracional e se situa predominantemente à direita nessa estrutura, estrategicamente localizado “*no predicado ou em alguma oração subordinada*” (Hilgert: 2002).

Funciona assim, de acordo com Hilgert: quando o sintagma colaborativo aparece, ocorre uma interrupção “*predominantemente de forma direta*”. Essa interrupção acrescenta-se ao segmento colaborativo do enunciado interrompido imediatamente, logo após sua ruptura. Não existem regras estabelecidas, diz Hilgert, porque “*a maioria das ocorrências se submete às determinações do contexto sintático-semântico do enunciado em construção*”.

Na interação conversacional, todo esse processo estabelece um quadro de informações, que compreende dados disponíveis e interesse pela informação. Hilgert (2002) denomina esse quadro de Tema-Rema (compreendendo “tema” a informação dada; e “rema” o termo procurado, que juntos geram nova informação).

Diz ele: “desse modo, os segmentos que têm por foco o próprio processamento linguístico afastam-se da função ideacional predominante nos enunciados tópicos e assumem a função meta-discursiva, na medida em que se volta para o ato de dizer, evidenciado a ‘mise-en-scène’ dos sistemas linguísticos”.

Observa-se, portanto, que quando se prescreve interação conversacional entre pessoas, quando o paralelo conversacional se estabelece, a enunciação sempre é interceptada, durante ou nos intervalos chamados de interturnos, por meio da colaboração do ouvinte. Essa parceria socialmente pré-estabelecida, e já amplamente constatada, é usada para solucionar os problemas de formulação do discurso da conversação. A interrupção, segundo Hilgert (2002), origina-se na “*simultaneidade entre o ato da fala e o planejamento do que é falado*”.

3. O fazer jornalismo: a contemporaneidade da interação social

Vimos até agora como se estabelece a interação conversacional entre dois interlocutores, que em resumo nada mais é que enunciados construídos entre turnos, por meio da colaboração do ouvinte, com marcas de subjetividade e intersubjetividade e que dialogam por meio de sintagmas colaborativos. Assegura-se desse modo o dialogismo que narra fatos, rememora o passado, estabelece dúvidas, demonstra carinho ou desafeto, concorda ou discorda, enquanto expressam e compartilham poder e solidariedade. O desafio a partir de agora é identificar a existência das marcas da subjetividade e intersubjetividade no texto factual do jornalismo e como elas ocorrem.

Pode-se deduzir que num ímpeto de rebeldia, a linguagem do jornalismo sobreviveu aos rígidos códigos linguísticos e esse comportamento não afetou a criação de técnicas de enunciação, nem muito menos sua capacidade de comunicar. Ao contrário. Foi muito importante ter desenvolvido certas habilidades. Graças, sobretudo, à maneira como o fazer jornalístico racionaliza a vida social e interfere na estrutura da cultura-base da sociedade contemporânea. A linguagem jornalística identifica e colabora para a formação de grupos sociais e culturalmente estabelecidos numa aldeia global (a “tribo” de Bakhtin), que por sua vez, esses grupos são unidos pela massificação da informação e do conhecimento, com um centro influenciando uma periferia.

Observamos neste ponto que há na linguagem jornalística aspectos da interação conversacional. Pois, assim como a interação conversacional, os turnos e intraturno, os sintagmas colaborativos e as relações de poder e solidariedade estão implícitas nas restrições das formas linguísticas dependentem de especificidades. Nilson Lages alega, no livro *Linguagem Jornalística* (2003), que isso ocorre por que *“as pequenas e grandes questões ideológicas estão presentes na linguagem jornalística, por que não se faz jornalismo fora da sociedade e fora do tempo histórico”* (Lages: 2003).

A linguagem jornalística produz fatos e difunde-os para grupos contraditórios, complexos e múltiplos, com a intenção de suprir a necessidade de indivíduos por informação. Na sociedade contemporânea, a informação ganha tratamento especial, catapultando para a condição de bem social, pertencente à sociedade. Na sociedade contemporânea, capitalista, industrial, pós-moderna e democrática, que permite uma

administração racional da vida social, ter a cesso à informação é um pressuposto democrático.

Diz Nilson Lages: “a produção de um jornal – e, por igual motivo, de noticiários e reportagens de rádio e tevê – só é possível quando o objetivo do trabalho se desloca da obra para o consumidor (...) quando as intenções artísticas do projeto gráfico, da fotografia, da ilustração ou do texto perdem terreno diante da necessidade de levar a informação ao público”.

Para ele, a produção da notícia encontra-se submetida a uma série de filtros e mais filtros, passando por um padrão de julgamento, até chegar à “*condição efêmera do produto e seu compromisso com a prestação de serviços*”.

O distanciamento do interlocutor se evidencia no texto factual da linguagem jornalística quando o enunciado, diz Lages (2003), “*oferece a informação, a interpretação do fato e a opinião*”. Por que, em sua opinião, a forma da linguagem do texto factual é restrita também, por depender, acreditem, “*do gênero do contexto, das finalidades e das circunstâncias em que é produzido*” (2003).

O ponto de vista de Nilson Lages encontra ressonância em Bakhtin (2002) que diz que “*o essencial na tarefa de decodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular*”.

Ao contrário da Literatura, na linguagem jornalística não existem padrões de aceitabilidade que definem os gêneros. Para Lages (2003), a linguagem jornalística, quando produz um enunciado, “*a ênfase desloca-se para os conteúdos, para o que é informado*”. Neste caso, diz Lages, “*pressupõe restrições do código linguístico (...) as variáveis formais devem ser reduzidas, portanto, mais radicalmente do que na literatura*”. Nilson Lages considera que isso ocorre porque o texto factual está submetido constantemente à crítica e que para sobreviver aos rígidos códigos linguísticos, a linguagem jornalística “*remove entulhos e repõe vida nas palavras*” (idem). Essa remoção e a renovação, por conseguinte, interfere no número de itens lexicais e de regras operacionais - essa interferência, além de facilitar, “*permite controle de qualidade*” (idem).

Não devemos esquecer que a produção do texto factual no jornalismo pressupõe o processamento de informação em escala industrial. A grande escala faz o paradigma de o texto factual do jornalismo considerar a existência de princípios elementares tão gerais que permitem a constante atualização da sua linguagem, se relacionando com muita facilidade com os objetivos, os modos e as condições de produção desse texto.

Neste sentido, a narrativa do fato não se submete às fórmulas rígidas, sobretudo, porque ela tem que falar sobre tudo. Outro fator também é a fragilidade da informação contida, constantemente ameaçada pela variedade de situações e pelo envelhecimento precoce da novidade.

Diz Lages (2003): “o texto jornalístico procura conter informação conceitual, o que significa suprimir usos linguísticos pobres de valores referenciais, como as frases feitas da linguagem cartorária”.

Para definir as restrições que se aplicam ao enunciado do texto factual, Nilson Lages relacionou os seguintes focos de observação: (i) *os registros de linguagem*, (ii) *o processo de comunicação* e (iii) *os compromissos ideológicos*. Em sua opinião, a linguagem jornalística adotou como princípio um tipo de linguagem que se encontra entre o formal e o coloquial, valendo-se de um ou de outro para promover uma comunicação eficiente e de fácil aceitação social.

Diz Lages: “a conciliação entre esses dois interesses resulta na restrição fundamental a que está sujeita a linguagem jornalística: ela é basicamente de palavras, expressões e regras combinatórias que são possíveis no registro formal (...) a linguagem jornalística irá incorporar: a) neologismo de origem coloquial, sintético (fusca, fuscão); b) denominação de novos objetos, de origem científica ou popular (laser, vídeo - tape, deletar, orelhão); c) metáforas com intenção críticas (senador biônico, mordomia); d) atualizações necessárias (roqueiro, malufista); e, e) designações técnicas que precisem ser consideradas em sua exata significações”.

Na apresentação dessas novas configurações das normas coletivas de aceitação, inicialmente, essas palavras sempre veem sublinhadas e acompanhadas de explicação. O processo de comunicação da linguagem jornalística domina ainda a referencialidade, que se diferencia da linguagem didática, mesmo quando pretende divulgar conhecimento científico, por exemplo. Uma característica marcante no texto factual do jornalismo é o tempo do verbo, limitado ao uso constante do presente e do futuro do

indicativo e ao pretérito simples. Outra característica diz respeito à pessoa do verbo. “*Uso quase obrigatório da terceira pessoa*”, diz Lages (2003). Para ele, a linguagem jornalística se utiliza dessa pessoa verbal por ser referencial e falar de algo exterior ao emissor, ao receptor e ao processo de comunicação em si. Consolidando o distanciamento necessário.

4. As regras do jogo: ou a natureza do signo ideológico na linguagem do jornalismo

Mas, seria a proposta do enunciado factual se fazer entender pelo leitor/interlocutor? Para Lages (2003), “*a intenção da notícia é motivar o leitor pelo acontecido*”, ao ponto de que ele entenda o que aconteceu e mais - que tenha ainda a “*condição de formar juízo adequado a respeito*”.

Diferentemente do dialogismo de Bakhtin e das marcas de subjetividade e intersubjetividade, presentes em todo paralelo conversacional, que se estabelecem através das colaborações do ouvinte e são úteis na construção do diálogo, Lages (2003) contextualiza sua teoria assegurando que, a linguagem jornalística só sobreviveu ao assédio da intersubjetividade porque desenvolveu suas próprias técnicas. E por está em constante “*pesquisa da realidade*”, tornou-se refém das “*leis do consumo rápido e da obsolescência*”. No quesito informar, as finalidades se sobrepõem ao meio.

Enquanto na dialética de Bakhtin predomina a definição e a explicação de um item léxico, no jornalismo dá-se o contrário. O texto factual da linguagem jornalística dá conta da notícia que se formula a partir de acontecimentos. Trata-se de um texto factual constituído de orações que formam períodos através de orações subordinadas

substantivas, e que ocupam a posição de argumento interno ou externo do verbo, ou de um nome substantivo, ou adjetivo. As orações subordinadas substantivas se articulam numa relação de dependência sintática, complementando o significado do verbo e às vezes exercendo a função sintática de objeto direto.

Na condição de oração subordinada substantiva, pode aparecer de duas formas: desenvolvida, quando se liga à oração principal por meio das conjunções, ou pronome, ou advérbio; e reduzidas, quando apresentam o verbo no infinitivo e em geral são introduzidas por preposição.

Por exemplo:

1. *Perguntamos se voltará hoje (conjunção integrante);*
2. *Pensou em omitir os fatos (reduzida)*
3. *Ele indagou quando será apresentada a prova (advérbio interrogativo).²*

É um texto informativo que se completa por meio de justaposição, conexão ou proposição. As formas verbais finitas e infinitas são recorrentes e contribuem ainda mais para a autoridade polifônica do texto do jornalismo, que se materializa através de expressões e, sobretudo, pela indeterminação do sujeito. A indeterminação é um mecanismo de tipologia textual, dissertativa, que tem o objetivo de ser comunicativa, contribuindo, entre outras, para a reflexão, a explicação e avaliação. A prerrogativa do texto factual da linguagem jornalística é também a injunção “fazer saber fazer”. O enunciado tem que dizer como fazer a ação pretendida, instigando ainda sua realização, em ações simples e cotidianas, como ir ao cinema, por exemplo.

É um texto relatado, e se distingue dos demais tipos e gêneros de textos no que diz respeito às intenções. A habilidade de metamorfosear-se e de se renovar faz a linguagem do jornalismo sobreviver ao assédio da intersubjetividade se localizando nos vãos entre os rígidos códigos linguísticos e a linguagem informal, agindo na consciência objetiva dos indivíduos, “*no contexto de enunciações precisas, num contexto ideológico preciso*” (Bakhtin: 2002).

A referencialidade vem a ser a principal característica do texto factual informativo; por que nele se estabelece uma relação de complementação, entre

² CEGALLA, Paschoal. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48ª edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 2008.

proposições de um mesmo enunciado, formando um encadeamento, que se ligam por justaposição e por conexão. São nas formas finitas e infinitas dos verbos, e estes por sua vez nas similaridades que se encontram as marcas da conversação. É por meio da indeterminação do sujeito e pelo uso rotineiro de expressões que a autoridade polifônica se materializa através; ajudando indivíduo formular a reflexão, a explicação e a avaliação.

Nilson Lages afirma que ao produzir um enunciado é necessário abolir “*adjetivos testemunhais e as afeições subjetivas*”. Substituindo-os por dados que possibilitem ao leitor/ouvinte fazer suas próprias avaliações. Esses dados seriam quantificação, relações, medidas, padrões e normas, os gráficos e as fotografias.

A interação conversacional no texto factual da linguagem jornalística se estabelece quando o enunciado produz notícia. Funcionando assim: um emissor interage com um grande número de receptores, na condição de “ouvintes virtuais”, que jamais são identificados e nunca assumem suas condições de falantes efetivos.

O medo de perder a soberania e os valores culturais fez o texto factual da linguagem jornalística no Brasil assumir sua condição de “instituição ideológica”, com sua sobrecarga de responsabilidades sociais. Segundo Lages, para o texto factual da linguagem jornalística manter-se fiel a ideologia da sociedade burguesa brasileira, “*luta-se, então, para não deixar que pareça o modo subjuntivo dos verbos e para manter a expressividade peculiar do mais-que-perfeito sintético como indicação do passado numa narrativa em pretérito*”.

Diz Lages: “a língua é lugar rico de informações sobre a maneira nacional de agir: hábitos de nepotismo, relações de amizade, sutis argumentos raciais e rígida divisão de classe, construções métricas que correspondam frequentemente à sublimação”.

Conclusões

Pretendeu-se que este trabalho proporcionasse familiarização com as marcas conversacionais presentes nos enunciados do texto factual da linguagem jornalística de forma muito sintética, objetiva e estruturante, evidenciando, por conseguinte, que tipo de interação se estabelece na subjetividade da notícia. Para satisfazer estes objetivos, optou-se por uma descrição seqüencial dos principais componentes de documentos que

tratam do assunto. Nosso pensamento também é que este trabalho constituirá um auxiliar útil de referência para o leitor que pretenda trilhar seu próprio caminho na busca de uma compreensão mais precisa sobre a tipologia do enunciado do texto factual da linguagem jornalística. Assim, as indicações deste texto deverão ser entendidas como mero primeiro passo rumo a uma jornada que nunca terá fim.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAHKTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo. Editora Hucitec. 2004.

GALEMBACK, Paulo de Tarso. Marcas de subjetividade e intersubjetividade em textos conversacionais. In: PRETI, Dino. *Interação na fala e na escrita*. v. 5. São Paulo. Humanitas/FFLCH/USP. 2002. p. 67-88.

HILGERT, José Gaston. A colaboração do ouvinte na construção do enunciado do falante – um caso de interação intraturno. In: PRETI, Dino. *Interação na fala e na escrita*. v. 5. São Paulo. Humanitas/FFLCH/USP. 2002. p. 89-124.

LAGES, Nilson. *Linguagem jornalística*. São Paulo. Editora Ática. 2003.

PRETI, Dino. Alguns problemas interacionais. In: PRETI, Dino. *Interação na fala e na escrita*. v. 5. São Paulo. Humanitas/FFLCH/USP. 2002. p. 45-66.